



Marumbi Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF 14.820.785/0001-53

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. Contexto Operacional.....	11
2. Base de Preparação.....	12
3. Principais Políticas Contábeis	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	18
5. Clientes.....	19
6. Ativo de contrato.....	19
7. Títulos e valores mobiliários	20
8. Fornecedores	20
9. Tributos.....	21
10. Empréstimos e financiamentos.....	22
11. Pesquisa e Desenvolvimento	22
12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	23
13. Patrimônio Líquido	24
14. Receita Operacional.....	24
15. Custos e despesas operacionais.....	24
16. Resultado Financeiro	25
17. Instrumentos Financeiros	25
18. Transações com Partes Relacionadas	29
19. Seguros.....	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	30
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 11 de abril de 2022

Carlos Frederico Pontual Moraes

Diretor Executivo

1. A COMPANHIA

A Marumbi Transmissora de Energia S.A (Marumbi ou Companhia), instituída em dezembro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 06/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão Curitiba - Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,14 km, com origem na Subestação Curitiba e término na Subestação Curitiba Leste e pela Subestação Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Os ativos da Marumbi, são constituídos da seguinte forma:

- Uma entrada de linha de 525 kV na subestação Curitiba da Eletrosul;
- Uma Linha de Transmissão de 525 kV que interliga a subestação Curitiba com a subestação Curitiba Leste passando pelos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais com 29,14 km de extensão;
- Subestação Curitiba Leste 525/230 kV com um Banco de Transformadores de 672 MVA mais um equipamento reserva de 224 MVA e dois Bancos de Capacitores conectados na barra de 230 kV com potência de 100 MVar cada Banco;

Este empreendimento entrou em operação comercial em junho de 2015, com investimentos de R\$ 117,7 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP previstas no Contrato de Concessão nº 008/2012, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Adicionalmente, ainda em junho de 2015, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 018/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Em 2018, foi celebrado Contrato de Permuta de Ações Societárias, entre a Copel GeT e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., tendo como anuentes a Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., a Marumbi e a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Pelo acordo, transferiu-se as ações pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas S.A para a Copel GeT, ficando esta com 100% das ações da Marumbi Transmissora de Energia S.A.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em milhares de reais	2021	2020	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	206.848	184.080	12,4
Caixa e equivalentes de caixa	14.206	8.640	64,4
Títulos e valores mobiliários	2.226	2.143	3,9
Dívida total	24.729	29.579	(16,4)
Dívida líquida	8.297	18.796	(55,9)
Receita operacional bruta	38.289	24.490	56,3
Deduções da receita	(1.530)	(1.436)	6,5
Receita operacional líquida	36.759	23.054	59,4
Custos e despesas operacionais	6.153	4.415	39,4
Resultado das atividades	30.606	18.639	64,2
Ebitda ou Lajida	30.619	18.651	64,2
Resultado financeiro	(1.182)	(1.832)	(35,5)
IRPJ/CSLL	1.351	796	69,7
Lucro operacional	29.424	16.807	75,1
Lucro líquido do exercício	28.073	16.011	75,3
Patrimônio líquido	161.788	140.382	15,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,7	1,5	13,3
Liquidez geral (índice)	4,6	4,2	9,5
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	83,3	80,9	3,0
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	15,3	21,1	(27,5)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	80,0	72,9	9,7
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	76,4	69,4	10,1
Participação de capital de terceiros (%)	21,8	23,7	(8,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	20,0	12,5	60,0

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

3. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
MARCIO LUIS BLOOT
CRISTINA KAKAWA
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
WALTER GUANDALINI JUNIOR
Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
LILIAN RENATA DE ANDRADE
ALFONSO SCHMITT
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/0-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.206	8.640
Clientes	5	2.103	1.914
Ativos de contrato	6	4.265	3.687
Outros créditos		1	123
Imposto de renda e contribuição social		68	18
Despesas antecipadas		51	27
		20.694	14.409
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	2.226	2.143
Depósitos judiciais		23	-
Ativos de contrato	6	183.564	167.295
Outros créditos		291	170
		186.104	169.608
Imobilizado		8	12
Intangível		42	51
TOTAL DO ATIVO		206.848	184.080
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Partes relacionadas		128	121
Fornecedores	8	412	461
Imposto de renda e contribuição social	9	153	148
Outras obrigações fiscais	9	75	77
Empréstimos e financiamentos	10	4.918	4.925
Dividendos a pagar		6.667	3.803
Encargos setoriais a recolher		62	50
Pesquisa e desenvolvimento	11	25	155
Outras contas a pagar		7	6
		12.447	9.746
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.786	5.148
Empréstimos e financiamentos	10	19.811	24.654
Pesquisa e desenvolvimento	11	376	311
Provisões para litígios	12	6.640	3.839
		32.613	33.952
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	73.091	73.091
Reserva legal	13.2	6.130	4.726
Reserva de retenção de lucros	13.2	82.567	62.565
		161.788	140.382
TOTAL DO PASSIVO		206.848	184.080

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	36.759	23.054
Custos Operacionais	15	(5.209)	(3.636)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		31.550	19.418
Outras Despesas Operacionais	15		
Despesas com vendas		27	(8)
Despesas gerais e administrativas		(894)	(697)
Outras despesas operacionais		(77)	(74)
		(944)	(779)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		30.606	18.639
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		577	260
Despesas financeiras		(1.759)	(2.092)
		(1.182)	(1.832)
LUCRO OPERACIONAL		29.424	16.807
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.1		
Imposto de renda e contribuição social		(713)	(665)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(638)	(131)
		(1.351)	(796)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.073	16.011

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
em milhares de reais

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.073	16.011
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	28.073	16.011

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º.01.2020		73.091	3.925	51.158	-	128.174
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.011	16.011
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	801	-	(801)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(3.803)	(3.803)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	11.407	(11.407)	-
Saldo em 31.12.2020		73.091	4.726	62.565	-	140.382
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.073	28.073
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	1.404	-	(1.404)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(6.667)	(6.667)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	20.002	(20.002)	-
Saldo em 31.12.2021		73.091	6.130	82.567	-	161.788

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		28.073	16.011
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		1.755	2.092
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(31.591)	(20.129)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	713	665
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	638	131
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	11.2	199	188
Depreciação e amortização	15	13	12
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	(27)	8
		(227)	(1.022)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		17.383	16.336
Outros créditos		1	(292)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(50)	(9)
Despesas antecipadas		(24)	(9)
Depósitos judiciais		(23)	-
		17.287	16.026
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(22)
Partes relacionadas		7	58
Fornecedores		(49)	(654)
Outras obrigações fiscais		(2)	1
Encargos setoriais a recolher		12	-
Pesquisa e desenvolvimento	11.2	(265)	(111)
Outras contas a pagar		1	-
		(296)	(728)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		16.764	14.276
Imposto de renda e contribuição social pagos		(708)	(700)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(1.761)	(2.102)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		14.295	11.474
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(83)	(37)
Aquisições de intangível		-	(44)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(83)	(81)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(4.843)	(4.843)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.803)	(3.413)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(8.646)	(8.256)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.566	3.137
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	8.640	5.503
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	14.206	8.640
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.566	3.137

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Marumbi Transmissora de Energia S.A. (Marumbi ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 09.05.2042.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativos no início de 2022, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Costa Oeste está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2. Base de Preparação

2.1 Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11.04.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato;
- NE nºs 3.3 e 5 - Perdas de créditos esperadas
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.5 - Reconhecimento de receita; e
- NEs nºs 3.7 e 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao custo de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão relativa aos exercícios de 2021 e de 2020 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta (faturamento regulatório), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

Adicionalmente, a companhia reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	1.224	1.972
Aplicações financeiras de liquidez imediata	12.982	6.668
	14.206	8.640

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96% e 98,30% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2021	31.12.2020
Encargos de uso da rede elétrica	2.074	9	27	2.110	1.982
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(7)	(7)	(68)
	2.074	9	20	2.103	1.914

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de contrato

Em 1º.01.2020	167.364
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(16.521)
Apropriação (reversão) de litígios	(724)
Remuneração	20.863
Receita de construção	734
Margem de construção	12
Perda por ineficiência (6.1)	(746)
Em 1º.01.2021	170.982
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(17.545)
Apropriação (reversão) de litígios	2.801
Remuneração	31.591
Em 31.12.2021	187.829
	Circulante 4.265
	Não circulante 183.564

6.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados a moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados.

6.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2021	31.12.2020
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração (a)	8,66% a.a.	8,66% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	21.474	19.873

(a)Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

A próxima revisão tarifária será em julho de 2022.

7. Títulos e valores mobiliários

O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES (NE nº 10).

8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos à Copel GeT pela prestação de serviços de operação e manutenção (fornecedores), bem como despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento (partes relacionadas).

9. Tributos

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	153	148
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	63	59
Outros tributos	12	18
	228	225
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	5.633	5.115
Rendimentos de aplicações financeiras	153	33
	5.786	5.148

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2022	(351)
2023	(351)
2024	(297)
2025	(282)
2026	(282)
2027 a 2029	(845)
2030 a 2032	(3.378)
	(5.786)

9.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	21.474	21.474	20.146	20.146
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.718	2.577	1.612	2.418
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	222	222	203	203
(=) Base de cálculo	1.940	2.799	1.815	2.621
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	461	252	429	236
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	16.814	16.814	3.575	3.575
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.345	2.018	286	429
Receita financeira provisionada	353	353	59	59
(=) Base de cálculo	1.698	2.371	345	488
Imposto de renda e contribuição social diferidos	425	213	87	44

10. Empréstimos e financiamentos

Contrato BNDES	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2021	31.12.2020	
14205851 - A	08.07.2014	168	30.06.2029	2,00% + TJLP	33.460	19.444	22.029	
14205851 - B	08.07.2014	106	30.04.2024	6,00%	21.577	5.285	7.550	
						24.729	29.579	
						Circulante	4.918	4.925
						Não circulante	19.811	24.654

Destinação: Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.

Garantias: Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2023	4.843
2024	3.337
2025	2.584
2026	2.584
2027	2.584
Após 2027	3.879
	19.811

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 01.01.2020	34.440
Encargos e variação monetária	2.084
Amortização - principal	(4.843)
Pagamento - encargos	(2.102)
Em 31.12.2020	29.579
Encargos e variação monetária	1.754
Amortização - principal	(4.843)
Pagamento - encargos	(1.761)
Em 31.12.2021	24.729

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2021, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

11.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
FNDCT	-	14	-	14	13
MME	-	7	-	7	7
P&D	291	4	85	380	446
	291	25	85	401	466
			Circulante	25	155
			Não circulante	376	311

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

11.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2020	12	6	363	381
Constituições	75	38	75	188
Juros	-	-	8	8
Recolhimentos	(74)	(37)	-	(111)
Em 1º.01.2021	13	7	446	466
Constituições	80	39	80	199
Juros	-	-	1	1
Recolhimentos	(79)	(39)	(147)	(265)
Em 31.12.2021	14	7	380	401

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Em 31.12.2021 o saldo de Provisões para litígios de R\$ 6.640 (R\$ 3.839 em 31.12.2020) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2021 e de 2020 a Companhia não possui passivos contingentes.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2021, no valor de R\$ 73.091 (R\$ 73.091 em 31.12.2020) é composto por 73.090.963 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

13.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	28.073	16.011
Reserva legal (5%)	(1.404)	(801)
	26.669	15.210
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	6.667	3.803
	6.667	3.803

14. Receita Operacional

	31.12.2021	31.12.2020
Receita de operação e manutenção - O&M	6.698	4.547
Receita de juros efetivos	31.591	19.943
(-) PIS/Pasep e Cofins	(784)	(735)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(199)	(188)
(-) Encargos setoriais	(547)	(513)
	36.759	23.054

No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 6.

15. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2021
Pessoal e administradores	-	-	(385)	-	(385)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(23)	-	(23)
Material	(6)	-	(4)	-	(10)
Serviços de terceiros	(2.362)	-	(162)	-	(2.524)
Depreciação e amortização	-	-	(13)	-	(13)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	27	-	-	27
Custo de construção	(2.801)	-	-	-	(2.801)
Outros custos e despesas operacionais	(40)	-	(307)	(77)	(424)
	(5.209)	27	(894)	(77)	(6.153)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2020
Pessoal e administradores	-	-	(405)	-	(405)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(17)	-	(17)
Material	(6)	-	-	-	(6)
Serviços de terceiros	(2.861)	-	(133)	-	(2.994)
Depreciação e amortização	-	-	(12)	-	(12)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(8)	-	-	(8)
Custo de construção	(734)	-	-	-	(734)
Outros custos e despesas operacionais	(35)	-	(130)	(74)	(239)
	(3.636)	(8)	(697)	(74)	(4.415)

16. Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	512	215
Rendimento sobre depósitos judiciais	39	42
Acréscimos moratórios sobre faturas	26	3
	577	260
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	1.754	2.084
Outras despesas financeiras	5	8
	1.759	2.092
Líquido	(1.182)	(1.832)

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	14.206	14.206	8.640	8.640
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	2.226	2.226	2.143	2.143
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.103	2.103	1.914	1.914
Total dos ativos financeiros			18.535	18.535	12.697	12.697
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	8		412	412	461	461
Empréstimos e financiamentos (c)	10		24.729	23.974	29.579	28.043
Total dos passivos financeiros			25.141	24.386	30.040	28.504

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia - Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + 1,38%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa (a)	14.206	8.640
Títulos e valores mobiliários (a)	2.226	2.143
Clientes (b)	2.103	1.914
	18.535	12.697

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	563	1.125	5.220	18.149	7.125	32.182
Fornecedores	-	408	-	4	-	-	412
		971	1.125	5.224	18.149	7.125	32.594

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,25% e TJLP - 6,55%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2021	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	2.226	2.482	2.418	2.354
		2.226	2.482	2.418	2.354
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	19.444	(1.273)	(1.591)	(1.909)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Sem Risco	(5.285)	-	-	-
		(24.729)	(1.273)	(1.591)	(1.909)

17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	24.729	29.579
(-) Caixa e equivalentes de caixa	14.206	8.640
(-) Títulos e valores mobiliários	2.226	2.143
Dívida líquida	8.297	18.796
Patrimônio líquido	161.788	140.382
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,05	0,13

18. Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Controlador								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento	-	-	7	10	-	-	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A								
Dividendos	-	-	6.667	3.803	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	21	18	-	-	253	252	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	394	363	-	-	(2.271)	(2.435)
Compartilhamento	-	-	77	61	-	-	-	-
Entidades com influência significativa								
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (a)								
	-	-	24.729	24.718	-	-	(1.754)	(2.084)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	68	62	-	-	791	672	-	-
Consumo de energia elétrica	-	-	3	3	-	-	(33)	(35)
Compartilhamento	-	-	36	34	-	-	-	-
Copel Telecomunicações S.A.								
Serviços de telecomunicações	-	-	-	2	-	-	(6)	(8)
FDA								
Encargos de uso do sistema de transmissão	9	7	-	-	104	71	-	-
UEG Araucária Ltda.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	2	2	-	-	22	22	-	-
Eólicas (b)								
Compartilhamento	-	-	8	18	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	2	2	-	-	23	23	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(38)	(128)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(8)	(28)

(a) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

19. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2023	139.513
Riscos Nomeados	24.08.2022	25.100

O valor da importância segurada foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Administradores e Acionistas da Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Marumbi Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases*Assuntos relacionados à COVID-19*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos*Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020*

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 9 de abril de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E A PROPOSTA DA
DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO
DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da Marumbi Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 11 de abril de 2022

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

